Instituto Estadual do Patrimônio Cultural Secretaria de Estado de Cultura - RJ





Inventário de Identificação dos Reservatórios da CEDAE

Denominação: Represa do Camorim

Localização: Parque Estadual da Pedra Branca, Estrada do Comorim s/nº - Jacarepaguá.

Município: Rio de Janeiro

Época da construção / Inauguração: 1908

Estado de conservação:

bom

Uso original: **açude**

Uso atual: **açude**

Componentes do Sítio:

represa, aquedutos e desarenadores.

Proteção existente:

Lei Estadual nº 2377 de 28/06/1974, Lei Municipal nº 1206/1998 e Tombamento Estadual provisório, Proc. nº E18/001.542/98

Proteção proposta:

Tombamento Estadual definitivo.



Situação

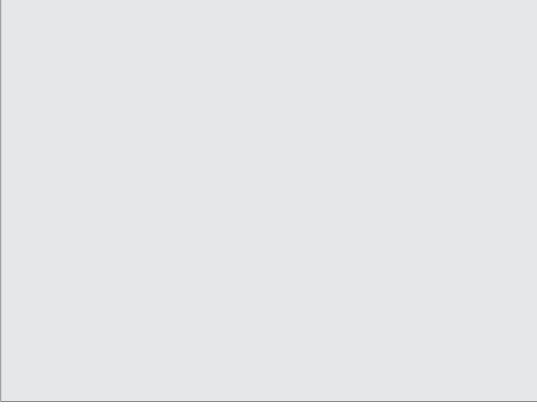


Represa do Camorim. 11/2006.

situação e ambiência:



Foto aérea.



Planta de situação.

situação e ambiência:

Localizado na vertente sudeste do maciço da Pedra Branca, a 436m de altitude, o Açude do Camorim integra o parque Estadual da Pedra Branca, delimitado pela Lei Estadual nº 2.377, de 28 de junho de 1974. O Parque abrange uma área de 12.500 ha e abriga aquela que é considerada uma das maiores florestas urbanas do mundo. Ele conserva recantos paisagísticos de rara beleza como nascentes e cachoeiras, incluindo o ponto mais alto da Cidade do Rio de Janeiro, o Pico da Pedra Branca com 1.024m de altitude. A fauna e flora locais possuem grande beleza e variedade. Um percurso de cerca de 3 km através de trilhas traçadas na floresta leva até ao açude.

características arquitetônicas:

O sistema é composto da represa, dos aquedutos e dos desarenadores. A represa do Camorim representa o maior manancial do grupo Jacarepaguá, sendo totalmente cercada de matas. Seu volume é de 210.000m³, apresentando profundidade de 18 metros e uma capacidade de armazenamento de 2 milhões e 400 mil m³ de água. A casa do encarregado é uma construção simples sobre porão alteado, com cunhais dentados e escada central protegida por pequena cobertura sustentada por pilares metálicos.

estado geral de conservação:

Os equipamentos estão preservados e em bom estado de conservação. A proximidade destes com a sede de administração do Parque reforça a segurança feita pela CEDAE e ajuda a manter a integridade do local. No entanto, a casa do encarregado do Açude, está com a pintura suja e há um acréscimo em andamento nos fundos.

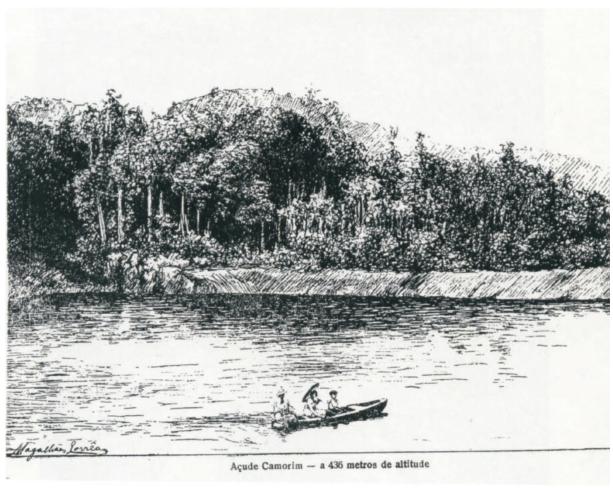
dados históricos:

Arepresa do Camorim foi construída pelo engenheiro Sampaio Correia, tendo como engenheiro-chefe da Divisão Técnica, o Dr. Henrique Novaes. Foi concluída em 1908, sendo Ministro da Viação e Obras Públicas, o Dr. Lauro Muller. O objetivo era abastecer de água a região de Jacarepaguá.

A Represa recebe as águas de um conjunto de rios, dos quais o principal, o Rio Camorim, tem 6,5 quilômetros de extensão, indo desaguar na Lagoa de Camorim, na Baixada de Jacarepaguá. Camorim é o nome indígena de robalo, peixe do mar que invadia as águas calmas da lagoa para desovar.

O açude está localizado em terras que primeiramente pertenceram à sesmaria concedida, em 1594, pelo terceiro governador do Rio de Janeiro, Salvador Correia de Sá, a seus filhos Gonçalo e Martim de Sá. A Gonçalo de Sá coube a parte da sesmaria que incluía as terras do Vale do Camorim. Ali foi erigido um engenho, cuja propriedade estendia-se sobre as terras entre a Lagoa de Camorim e o Maciço da Pedra Branca, em um sentido, e entre o Morro dos Dois Irmãos e a Serra de Guaratiba, no outro sentido.

O Engenho do Camorim foi doado por Gonçalo à sua sobrinha, Da. Vitoria de Sá e Benevides, que o explorou durante décadas e nele realizou inúmeras benfeitorias, entre as quais a Igreja de São Gonçalo do Amarante (1625). Da. Vitoria, sem herdeiros, ao morrer em 1667 deixou o engenho para os beneditinos, que o dividiram em três grandes propriedades, uma das quais foi denominada Fazenda do Camorim. Os monges administraram as terras até fins do século XIX, quando foram hipotecadas ao Banco de Crédito Móvel. Este, por sua vez, vendeu as terras a diversos proprietários e a propriedade em que está localizada a represa foi finalmente desapropriada pelo Governo para o estabelecimento de uma reserva florestal.



Bico de pena de Magalhães Corrêa









Bico de pena de Magalhães Corrêa

informações complementares:

A área integra o Parque Estadual da Pedra Branca, unidade de conservação ambiental criada em 28/06/1974 pela Lei Estadual nº 2.377, sob a tutela do Instituto Estadual do Ambiente. A vegetação ao longo dos mananciais também está protegida pelo código florestal, Lei Federal 4.771 de 15/11/65. No nível Estadual também incide sobre estas áreas o tombamento da Serra do Mar/Mata Atlântica, ato do Governador do Estado de 06/03/1991. Reconhecendo a importância ambiental destas áreas o Município do Rio de Janeiro criou em 1988 a Área de Proteção Ambiental da Pedra Branca que abrange toda área acima da cota de 300m de altitude. Criou ainda dentro desta APA a Reserva Biológica do Pau da Fome através da Lei nº 1540 de 15/01/1990, que compreende a área entre a região do Camorim e do Pau da Fome.

As terras onde estão localizados os equipamentos de captação e adução do Pau da Fome pertenciam ao Barão da Taquara e foram desapropriadas em 1910. O projeto destas obras já havia sido aprovado pelo Presidente Affonso Penna em 1907 através do Decreto nº 6.475.

arquivo fotográfico:



Entrada do Reservatório



Casa do encarregado

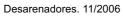


Casa do encarregado



Casa do encarregado







Desarenadores. 11/2006



Aqueduto. Foto Paulo Ruy Barbosa

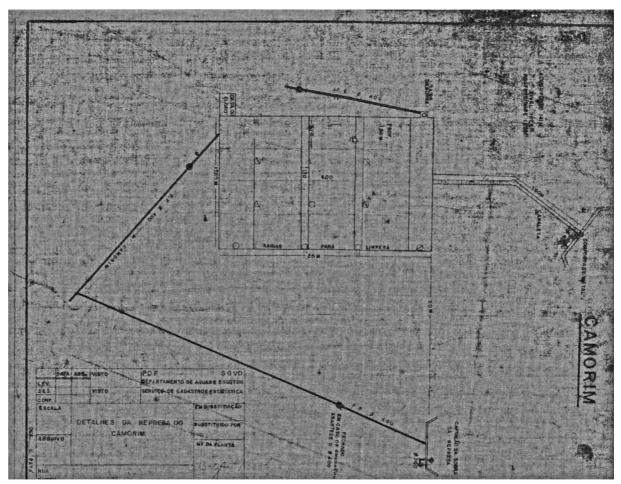




Duto no Reservatório.



Vista a a partir do reservatório.



Planta do sistema de desarenação

fontes de pesquisa / bibliografia:

- □ INEPAC, **Inventário de Bens Imóveis Ficha sumária**, Levantamento por Maria das Graças Ferraz, Maria das Graças Mendonça e Rui Velloso, 1998.
- □ IBAM/DUMA, PCRJ/SMAC, **Guia das Unidades de Conservação Ambiental do Rio de Janeiro**, 1998.
- Corrêa, Magalhães. **Terra Carioca Fontes e Chafarizes**, PCRJ, (Coleção Memória do Rio 4, publicado em 1935 na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vol.170).
- Termo de acordo definitivo para cessão à União de terreno da Fazenda do Pau da Fome de propriedade do Barão da Taquara.1910 (cópia, acervo CEDAE).
- □ **Decreto Federal nº 6.475**, de 09/05/1907.